INSTITUTO IGARAPÉ
a think and do tank

Cepei
Knowledge factory for the world we deserve

EQUAL



Da diversidade regional à influência global:

a América Latina e o Caribe e o futuro da liderança da ONU

Sumário

Introdução 3

1. A América Latina e o Caribe na ONU 5

2. Prioridades da América Latina e do Caribe 7

3. O que a próxima pessoa secretária-geral deve fazer? Recomendações da América Latina e do Caribe 8

Conclusão 15

Anexo: participantes do encontro regional da América Latina e do Caribe, Bogotá **16**

Notas de fim 18

Introdução

A escolha da próxima pessoa secretária-geral das Nações Unidas ocorre em um período de fragmentação geopolítica, de declínio da confiança nas instituições multilaterais e de pressão crescente sobre a Organização das Nações Unidas (ONU) para demonstrar sua capacidade de produzir resultados. Para a América Latina e o Caribe, essa escolha tem especial relevância por dois motivos: primeiro, pode levar à nomeação de uma pessoa da região para o cargo pela segunda vez na história da ONU; segundo, abre a possibilidade de que, pela primeira vez, uma mulher lidere a Organização.

O Cepei,[1] o Instituto Igarapé[2] e a Campanha GQUAL[3] reuniram em Bogotá, na Colômbia, nos dias 7 e 8 de setembro de 2026, 26 participantes da América Latina e do Caribe, entre ex-autoridades de alto nível, diplomatas, acadêmicos, representantes da sociedade civil e especialistas em políticas públicas. A maioria dos participantes era da América do Sul, mas também compareceram representantes da América Central, do México e do Caribe. O encontro integrou o projeto *Guidance and Regional Intelligence for the Transition of UN Leadership*. Foram discutidos os desafios que a próxima pessoa secretária-geral enfrentará, as prioridades para os primeiros 1.000 dias, as necessidades da América Latina e do Caribe em relação ao sistema multilateral e suas contribuições a ele, além de caminhos práticos para fortalecer esse engajamento.

Principais mensagens

O desafio
A América Latina e o Caribe formam uma região diversa do ponto de vista político, econômico, cultural e ambiental. Os países da região enfrentam pressões interligadas que afetam o desenvolvimento, a segurança e a governança democrática – da desigualdade persistente e das restrições fiscais à vulnerabilidade climática, ao crime organizado e à redução do espaço cívico. Ao mesmo tempo, a região permanece sub-representada nos processos globais de tomada de decisão.

Prioridades para a próxima pessoa secretária-geral
A região contribui para as Nações Unidas com seu compromisso histórico e apoio ao multilateralismo e ao direito internacional, além de seus ativos diplomáticos, normativos e ambientais. A próxima pessoa secretária-geral deve mobilizar esses ativos de forma mais sistemática e manter uma interlocução mais constante com a região na condução de debates e formulação de regras globais, inclusive articulando prioridades regionais a coalizões e processos inter-regionais. Deve também responder às prioridades da região nas áreas de desenvolvimento, segurança e governança.

Recomendações

Duas recomendações transversais devem orientar a atuação da próxima pessoa secretária-geral nas áreas temáticas apresentadas a seguir:

- **Reconstruir a confiança por meio de um engajamento político mais ativo, de uma liderança inclusiva e representativa, de resultados concretos e de comunicação estratégica.**

- **Usar o poder de convocação de forma seletiva e recorrer a coalizões flexíveis para viabilizar a cooperação quando não for possível alcançar o consenso.**

Essas recomendações devem nortear a atuação em cinco áreas temáticas:

- **Paz e segurança:** fortalecer a prevenção, os bons ofícios e a mediação, adaptando os instrumentos da ONU a diferentes contextos de segurança. Apoiar abordagens lideradas pelos próprios países para reduzir a violência e enfrentar o crime organizado e transnacional.

- **Desenvolvimento sustentável e financiamento do desenvolvimento:** colocar a desigualdade, a dívida, a vulnerabilidade multidimensional e o acesso a financiamento no centro da agenda pós-2030 e da arquitetura de financiamento do desenvolvimento. Ao mesmo tempo, fortalecer o papel da ONU na mobilização de conhecimento, parcerias e recursos financeiros em torno das prioridades nacionais.

- **Direitos humanos e espaço cívico:** defender o direito internacional e proteger e ampliar os direitos fundamentais e o espaço cívico. Para isso, fortalecer a liderança da ONU, agir preventivamente em estágios iniciais, responder de forma efetiva a represálias e manter um diálogo mais contínuo com a sociedade civil e outros atores envolvidos.

- **Clima, natureza e energia:** promover uma liderança política que integre melhor essas agendas, reforçar a coerência entre a governança global e a implementação nos países e apoiar a concretização de transições justas.

- **Inteligência artificial (IA):** exercer, desde cedo, liderança na construção de uma governança global inclusiva da IA, consolidando os mecanismos emergentes da ONU, fortalecendo a participação dos países em desenvolvimento e promovendo a cooperação em torno de princípios comuns sobre o uso de IA em aplicações de alto risco.

1. A América Latina e o Caribe na ONU

A América Latina e o Caribe têm um compromisso histórico com o multilateralismo, mas não atuam como um bloco político unificado. A região conta com uma densa arquitetura de instituições regionais e sub-regionais, que inclui a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac), a Organização dos Estados Americanos (OEA), o Mercado Comum do Sul (Mercosul), a Comunidade Andina (CAN), a Aliança do Pacífico, o Sistema da Integração Centro-Americana (Sica), a Comunidade do Caribe (Caricom) e a Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA). No entanto, a sobreposição de mandatos, as divisões geopolíticas e um comércio intrarregional comparativamente limitado fazem com que essa densidade institucional nem sempre se traduza em cooperação política ou econômica mais profunda.

Apesar dessas limitações, a região tem contribuído para a construção do sistema multilateral desde a fundação da ONU. Os países latino-americanos e caribenhos representavam 20 dos 50 Estados que assinaram a Carta da ONU na Conferência de São Francisco, em 1945, e se destacaram na defesa dos direitos humanos e da igualdade.[4] Representantes da região defenderam referências mais expressivas aos direitos humanos na Carta, um papel de maior destaque para a Assembleia Geral e, por meio da liderança de delegadas mulheres, o reconhecimento explícito da igualdade de direitos entre homens e mulheres para participar da Organização.[5]

A região também contribuiu para o direito internacional,[6] para a solução pacífica de controvérsias e para a formulação de normas. Entre essas contribuições estão o Tratado de Tlatelolco,[7] o desenvolvimento de normas e mecanismos internacionais sobre desaparecimentos forçados,[8] as influentes abordagens da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) sobre desenvolvimento e desigualdade e a participação contínua em operações de paz da ONU.[9] No âmbito da OEA, desenvolveu ainda um dos sistemas regionais de proteção dos direitos humanos mais influentes do mundo: o Sistema Interamericano de Direitos Humanos.

Os Estados latino-americanos e caribenhos também tiveram papel relevante na agenda de descolonização da ONU. No principal período de descolonização promovido pela Organização, nas décadas de 1960 e 1970, vários países caribenhos passaram pela transição do domínio colonial para a independência, enquanto os Estados latino-americanos apoiavam, por meio da ONU, esforços internacionais mais amplos a favor da autodeterminação e da descolonização.[10] Os Estados caribenhos, em particular, impulsionaram a ação internacional contra a discriminação racial e o *apartheid*, com base na própria história de escravização e colonialismo da região.[11]

A região tem sido, ainda, palco de importantes negociações e processos multilaterais, como a Cúpula da Terra de 1992 (Rio-92), no Rio de Janeiro; a Conferência Global sobre o Desenvolvimento Sustentável dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS, na sigla em inglês), em Barbados, em 1994; a Conferência Internacional sobre Financiamento para o Desenvolvimento, em Monterrey, em 2002; a Rio+20, em 2012; e,

mais recentemente, a Conferência das Nações Unidas sobre Biodiversidade (COP16), em Cali, em 2024, e a Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP30), em Belém, em 2025. Por meio desses processos, os países da região influenciaram os debates globais sobre desenvolvimento sustentável, financiamento, clima e natureza. Os Estados caribenhos, em especial, contribuíram para o avanço dos debates sobre vulnerabilidade climática, redução do risco de desastres e a relação entre dívida e crise climática.

A ONU também tem presença operacional em toda a região. A Cepal tem sede em Santiago, no Chile; a Autoridade Internacional dos Fundos Marinhos, em Kingston, na Jamaica; e a Universidade para a Paz, na Costa Rica. O Panamá funciona como um importante polo regional: abriga 19 dos 49 escritórios regionais da ONU na América Latina e no Caribe, além do Centro Logístico Regional de Assistência Humanitária, localizado em Veracruz.[12] O Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos (ACNUDH) atua por meio de escritórios regionais no Panamá e em Santiago, além de manter presença nos países.

A relevância da ONU se manifesta no cotidiano, ainda que nem sempre seja reconhecida. O Fundo Rotativo da Organização Pan-Americana da Saúde (Opas) reúne o poder de compra dos países para ampliar o acesso da população a vacinas a preços mais baixos.[13] As equipes da ONU nos países e os parceiros humanitários também apoiam respostas emergenciais conduzidas pelos governos, como as mobilizadas após os terremotos de 2026 na Venezuela e na Colômbia e as enchentes de 2024 no Brasil.[14]

Apesar dessas contribuições, a região continua desproporcionalmente sub-representada nos níveis mais altos de decisão da ONU. Nenhum país da região é membro permanente no Conselho de Segurança; a região não abriga a sede de nenhuma das principais agências especializadas, fundos ou programas globais do sistema ONU e segue sub-representada em cargos de alta direção.[15] A distância entre o peso político, econômico e ambiental da região e sua influência dentro da ONU continua sendo uma característica marcante da sua relação com a Organização.

2. Prioridades da América Latina e do Caribe

O encontro de Bogotá destacou os ativos e a relevância estratégica da região, assim como as pressões que ela enfrenta atualmente. Esses elementos podem orientar a próxima fase da liderança da ONU, tanto no engajamento com a América Latina e o Caribe quanto no papel da região na governança global. Os ativos diplomáticos e normativos continuam sendo uma fonte importante de influência regional, do processo de paz negociado na Colômbia à liderança em igualdade de gênero, direitos humanos e não proliferação nuclear. Essas tradições mantêm sua importância em um ambiente internacional mais fragmentado, sobretudo para uma região composta majoritariamente por pequenas e médias potências, que dependem fortemente de regras, instituições e da formação de coalizões para ampliar sua voz.

A biodiversidade, as florestas, a água doce, a produção agrícola e a segurança alimentar, o potencial de energia renovável e os minerais críticos também conferem à região posição de destaque nos debates globais sobre desenvolvimento sustentável, clima, natureza e transição energética. Os participantes alertaram para o risco de enxergar a América Latina e o Caribe principalmente como uma reserva de recursos a serem extraídos para atender à demanda global. Em vez disso, defenderam que essas transições devem gerar mais valor na própria região, respeitar os povos indígenas e as comunidades locais, minimizar as externalidades climáticas e ambientais, contribuir para um desenvolvimento sustentável inclusivo e refletir as prioridades nacionais e o conhecimento regional.

Esses ativos coexistem com pressões persistentes nas áreas de desenvolvimento, governança e segurança. A desigualdade, a dívida soberana, as restrições fiscais, a vulnerabilidade climática e o acesso desigual ao financiamento global limitam a margem de ação dos governos, enquanto o crime organizado e as economias ilícitas contribuem para os altos níveis de violência. Os países caribenhos enfrentam várias dessas pressões com particular intensidade, incluindo a exposição climática, a dívida e as restrições fiscais que as classificações baseadas em renda muitas vezes não captam, além de níveis graves de violência.[16] Os participantes também enfatizaram a importância da Caricom, da ONU e do direito internacional para a diplomacia dos pequenos Estados.

Em conjunto, essas realidades apontam para prioridades nas áreas de paz e segurança; desenvolvimento sustentável e financiamento do desenvolvimento; direitos humanos e espaço cívico; clima, natureza e energia; além de áreas emergentes, como a inteligência artificial.

3. O que a próxima pessoa secretária-geral deve fazer? Recomendações da América Latina e do Caribe

As recomendações estão organizadas em duas partes. As duas primeiras correspondem a prioridades transversais que se destacaram nas discussões em Bogotá: reconstruir a confiança por meio de maior engajamento, liderança e entrega de resultados; e usar o poder de convocação da pessoa secretária-geral e coalizões flexíveis para fazer avançar a cooperação em um ambiente internacional fragmentado.

As demais recomendações partem das contribuições do encontro de Bogotá e traduzem essas abordagens em propostas nas áreas de paz e segurança; desenvolvimento sustentável e financiamento do desenvolvimento; direito internacional, direitos humanos e espaço cívico; clima, natureza e energia; e inteligência artificial, entendida como um desafio emergente de governança.

Recomendação 1. *Reconstruir a confiança por meio de maior engajamento, liderança representativa, resultados concretos e comunicação estratégica*

Fragilidades institucionais, tensões geopolíticas e o crescente distanciamento da ONU em relação às sociedades a que serve estão colocando sua legitimidade sob pressão. Em partes da América Latina e do Caribe, as críticas à ONU e à Agenda 2030 também ganharam maior peso político, abrangendo desde posições contrárias fundamentadas na defesa da soberania até críticas mais amplas ao modelo de desenvolvimento e à efetividade do multilateralismo. A próxima pessoa secretária-geral deve incorporar o engajamento público e a comunicação estratégica à liderança política, demonstrando com mais clareza a contribuição singular que a ONU pode oferecer por meio do poder de convocação, da definição de normas, do conhecimento técnico especializado, da coordenação e do apoio.

Ações prioritárias

- **Engajar-se politicamente e escutar.** Manter relações próximas com as missões permanentes e institucionalizar intercâmbios periódicos com o Grupo de Estados da América Latina e do Caribe (Grulac) e a Caricom, ampliando também o diálogo regular com as capitais e com as instituições regionais e sub-regionais. Usar fóruns regionais, como as cúpulas da Celac, a Cúpula das Américas, as Assembleias Gerais da OEA e o Fórum Econômico Internacional da América Latina e do Caribe, como oportunidades de engajamento político e escuta. Assegurar também que as visitas à região incluam diálogos estruturados que incorporem perspectivas nacionais, locais e da sociedade civil.

- **Fortalecer a presença e a comunicação nos países.** Com base no processo de reorganização regional (*Regional Reset*) da Iniciativa UN80, estreitar os vínculos entre as prioridades nacionais e regionais e o Gabinete Executivo da pessoa secretária-geral, concentrando o apoio nos países nas áreas em que a ONU oferece uma contribuição clara. Quando determinadas funções puderem ser desempenhadas com mais efetividade em locais mais próximos dos países atendidos, considerar a realocação das capacidades pertinentes e a transferência, da sede para polos regionais, das tarefas que possam ser realizadas nesses locais. Por meio do Escritório de Coordenação do Desenvolvimento (DCO) e do sistema de coordenadores residentes, reunir as entidades da ONU e os parceiros pertinentes, mobilizar conhecimento especializado, apoiar os governos em momentos de crise e divulgar exemplos concretos de resultados alcançados por meio da cooperação multilateral. Fortalecer os escritórios regionais e a presença nacional do ACNUDH nos países. Ampliar a colaboração com iniciativas que aproximem as novas gerações do multilateralismo, incluindo os programas de simulação da ONU e outras redes de juventude.
- **Construir confiança por meio de uma liderança inclusiva e representativa na ONU.** Usar as nomeações para cargos de alta direção como oportunidade estratégica para incorporar as perspectivas, a experiência e o conhecimento necessários para enfrentar os desafios emergentes e atender às prioridades dos Estados-membros, assegurando uma representação geográfica significativa e paridade de gênero, inclusive com mais oportunidades de liderança para pessoas da América Latina e do Caribe. Uma liderança que reflita a diversidade dos Estados-membros da ONU e recorra ao conhecimento especializado de diferentes regiões pode fortalecer a legitimidade institucional, a capacidade de resposta e a confiança na Organização.

Recomendação 2. *Usar o poder de convocação e coalizões flexíveis para fazer avançar a cooperação quando o consenso estiver fora de alcance*

O poder de convocação da pessoa secretária-geral pode ser especialmente valioso quando a fragmentação política dificulta a cooperação, mas deve ser usado de forma seletiva. Em alguns casos, a cooperação em temas específicos pode avançar de forma mais eficaz por meio de grupos de países, organizações regionais ou outras plataformas. A próxima pessoa secretária-geral deve concentrar a atuação da ONU nas situações em que ela possa conferir maior peso político, aproximar regiões ou conectar iniciativas fragmentadas.

Ações prioritárias

- **Escolher a plataforma adequada para cada tema.** Atuar por meio das instituições, coalizões ou arranjos informais mais adequados ao contexto político, incluindo a Celac, a Caricom, a OTCA, a OEA e bancos regionais de desenvolvimento, como o Banco de Desenvolvimento da América Latina e do Caribe (CAF) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), quando apropriado. A escolha da plataforma deve levar em consideração espaços em que a participação, a legitimidade e a capacidade de mobilização política são maiores.
- **Construir coalizões entre regiões e em diferentes níveis.** Usar o Gabinete Executivo para conectar iniciativas compatíveis, reunir atores que normalmente não atuam nos mesmos fóruns e ampliar as coalizões para além da América Latina e do Caribe. Distinguir os temas que podem avançar por meio de engajamento político informal, bons ofícios e construção de coalizões daqueles que, em última instância, exigem acordo formal entre os Estados-membros.

Recomendação 3. *Fortalecer a prevenção, os bons ofícios e a mediação em diferentes contextos de segurança*

A próxima pessoa secretária-geral deve fortalecer as capacidades da ONU em prevenção, bons ofícios e mediação, adaptando-as a diferentes contextos de segurança. Na América Latina e no Caribe, isso deve incluir o apoio a abordagens regionais e lideradas pelos próprios países para a redução da violência e da criminalidade, inclusive do crime organizado e transnacional. Essas abordagens devem estar ancoradas nos direitos humanos, nas instituições democráticas e no Estado de direito, bem como em políticas baseadas em evidências e focadas em prevenção e inteligência, e não em respostas militarizadas ou emergenciais. Os esforços liderados pelos países também devem respeitar os padrões de direitos humanos acordados internacionalmente, com salvaguardas contra o uso indevido de medidas antifraude, de segurança e de combate ao crime para restringir o espaço cívico, a participação política ou as liberdades fundamentais. Além disso, a ONU deve se apoiar na longa experiência e nas tradições diplomáticas da região em solução pacífica de controvérsias, mediação e transições políticas negociadas, aproveitando esse conhecimento para apoiar iniciativas de prevenção e resolução de conflitos em outras regiões.

Ações prioritárias

- **Renovar a agenda de prevenção e mediação da ONU.** Partir da longa trajetória da ONU no uso da diplomacia preventiva e fortalecer a prevenção das diferentes formas de violência e insegurança. Conectar a ação diplomática precoce à atenção contínua aos fatores políticos, sociais e econômicos que impulsionam a violência, aos riscos transfronteiriços e a dados e análises confiáveis. Reconhecer as violações de direitos humanos e a erosão das instituições democráticas e do Estado de direito como indicadores críticos de alerta precoce, e recorrer mais ao conhecimento regional e do Sul Global em iniciativas dentro e fora da região.
- **Apoiar estratégias nacionais de prevenção ao crime e redução da violência lideradas pelos próprios países.** Por meio dos coordenadores residentes, das equipes de país da ONU, do ACNUDH e de outras agências, e em colaboração com parceiros relevantes, fortalecer o Estado de direito, as políticas sociais e econômicas, os direitos humanos e as abordagens comunitárias, com atenção especial às populações em situação de risco. O apoio da ONU deve reforçar as instituições civis, o devido processo legal, a responsabilização e as salvaguardas que impeçam o uso indevido de medidas de segurança contra a sociedade civil, jornalistas, pessoas defensoras de direitos humanos ou atores políticos.
- **Fortalecer a cooperação internacional contra o crime organizado transnacional e o crime ambiental.** Usar o poder de convocação da pessoa secretária-geral e as capacidades técnicas do Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC) e de outras entidades pertinentes da ONU para ampliar o compartilhamento de informações entre países, as investigações financeiras e a cooperação contra a lavagem de dinheiro; melhorar a rastreabilidade em setores expostos ao crime ambiental; e apoiar maior coordenação entre autoridades nacionais e regionais, assegurando, ao mesmo tempo, a proteção das comunidades afetadas e das pessoas defensoras do meio ambiente e dos direitos humanos.

Recomendação 4. *Usar a agenda pós-2030 para enfrentar a desigualdade, a dívida e a vulnerabilidade multidimensional*

Com base na agenda *Beyond GDP* da ONU, a próxima pessoa secretária-geral deve usar o processo pós-2030 para promover um marco de desenvolvimento sustentável que reflita melhor a vulnerabilidade multidimensional, preservando os compromissos assumidos e acelerando o progresso daqueles que permanecem pendentes no âmbito da Agenda 2030.

Ações prioritárias

- **Moldar um marco pós-2030 focado.** Fazer um balanço do que funcionou, acelerar o progresso onde a implementação está atrasada, preservar os compromissos acordados e acrescentar apenas um número limitado de novas prioridades quando houver amplo consenso e uma lacuna clara. Recorrer sistematicamente à Cepal e a outras instituições regionais, aproveitando, por exemplo, a experiência da região no enfrentamento da desigualdade e na proteção social – e assegurar contribuições regionais e sub-regionais significativas.
- **Ir além das medidas baseadas em renda e enfrentar as restrições de financiamento.** Fazer avançar a agenda *Beyond GDP*, refletindo melhor a desigualdade, a vulnerabilidade e a resiliência em complemento às classificações por renda, sobretudo para os SIDS e os países de renda média da América Latina e do Caribe. Manter a dívida soberana, o espaço fiscal e o acesso ao financiamento para o desenvolvimento e para o clima no centro do próximo marco, assegurando que os arranjos de financiamento não restrinjam indevidamente a capacidade dos governos de investir em resiliência climática, mitigação e transformação econômica.
- **Reposicionar o desenvolvimento e a cooperação para o desenvolvimento diante do declínio da ajuda internacional e das restrições climáticas.** Na América Latina e no Caribe, fortalecer o papel do sistema de desenvolvimento da ONU na articulação de conhecimento, parcerias e financiamento em torno de prioridades definidas nacionalmente. Ampliar a atuação da ONU no apoio à cooperação Sul-Sul e triangular na região, especialmente por meio de diálogos sobre políticas e cooperação técnica. Partir da experiência caribenha para promover uma economia da adaptação que vincule resiliência a investimentos, empregos, inovação e infraestruturas e sistemas produtivos mais resilientes ao clima, aliada a uma transformação econômica mais ampla por meio da agricultura de baixo carbono, da restauração de ecossistemas, da industrialização verde e da maior geração de valor em torno dos minerais críticos.

Recomendação 5. *Proteger e ampliar o espaço cívico por meio de uma liderança mais firme da ONU e do engajamento com a sociedade civil*

O estreitamento do espaço cívico enfraquece os direitos humanos, a prestação de contas democrática e a capacidade das sociedades de contribuir para o desenvolvimento, a ação climática e a prevenção de conflitos. Na América Latina e no Caribe, essas pressões se entrelaçam cada vez mais com o retrocesso democrático, a violência e a insegurança multidimensionais e respostas mais militarizadas ao crime, enquanto povos indígenas, pessoas defensoras de direitos humanos e do meio ambiente, jornalistas e outros grupos frequentemente enfrentam riscos específicos e criminalização. Proteger o espaço cívico é, portanto, inseparável da defesa do direito internacional, do fortalecimento do Estado de direito e da salvaguarda da independência e da efetividade das instituições democráticas. A ONU já dispõe de uma série de mecanismos de engajamento, diretrizes e marcos de parceria, mas eles nem sempre são usados de forma consistente para manter relações com a sociedade civil e outros atores ou para proteger quem sofre ameaças ou represálias por interagir com os mecanismos internacionais de direitos humanos. A próxima pessoa secretária-geral deve tornar a proteção e a ampliação do espaço cívico uma parte mais visível da liderança da ONU e garantir que a reforma institucional não enfraqueça as salvaguardas de direitos humanos nem os canais de participação existentes.

Ações prioritárias

- **Fortalecer o monitoramento, o alerta precoce e a ação preventiva.** Recorrer ao ACNUDH, aos coordenadores residentes e às equipes de país para identificar restrições ao espaço cívico e à participação democrática antecipadamente, inclusive quando medidas de segurança ou de combate ao crime comprometam direitos, o devido processo legal ou a participação política pacífica. Tratar ataques à independência judicial, a erosão dos freios e contrapesos democráticos e as ameaças sistemáticas contra pessoas defensoras de direitos humanos como indicadores de alerta precoce que exigem ação preventiva coordenada e engajamento diplomático contínuo.
- **Institucionalizar o acesso da sociedade civil à liderança da ONU.** Criar canais mais sistemáticos para que atores diversos, críticos e sub-representados – incluindo povos indígenas e comunidades locais – dialoguem com a alta liderança da ONU, com o apoio de uma figura de alto nível dedicada à sociedade civil ou de um ponto focal responsável pelo engajamento contínuo em todo o sistema.[17] Assegurar medidas eficazes de prevenção, enfrentamento e resposta à intimidação e às represálias contra pessoas e organizações que interagem com a ONU, inclusive por meio de medidas de proteção oportunas, acompanhamento institucional e responsabilização.
- **Proteger o espaço cívico em toda a agenda da ONU.** Avaliar as implicações das principais reformas da ONU para os direitos humanos e o espaço cívico e integrar a participação efetiva ao trabalho em desenvolvimento sustentável, paz e segurança, clima e governança digital, incluindo os debates emergentes sobre IA e democracia. Garantir que o engajamento da ONU com os Estados reforce de forma consistente as obrigações internacionais de direitos humanos, o Estado de direito e a independência das instituições essenciais à proteção desses direitos.

Recomendação 6. *Promover uma liderança integrada nas agendas de clima, natureza e transição energética*

Clima, natureza e energia costumam ser governados por instituições e processos políticos distintos, embora estejam profundamente interligados na prática. Essa fragmentação tem consequências particularmente relevantes para a América Latina e o Caribe, tendo em vista as florestas e a biodiversidade da região, seu potencial de energia renovável, seus minerais críticos e sua alta exposição aos impactos climáticos, especialmente no caso dos SIDS caribenhos. A próxima pessoa secretária-geral deve usar a autoridade política do cargo para fazer essas agendas avançarem de uma governança fragmentada para a implementação efetiva, promovendo transições justas que conectem objetivos de clima e natureza ao acesso à energia e à segurança energética, aos meios de vida, às oportunidades econômicas e às prioridades nacionais de desenvolvimento.

Ações prioritárias

- **Fortalecer a liderança política para transições justas em clima, natureza e energia.** Partir da atual Equipe de Ação Climática (*Climate Action Team*), ampliando sua capacidade em biodiversidade, florestas e outros temas relacionados à natureza, de modo que o Gabinete Executivo possa conectar clima, natureza e energia de forma mais sistemática ao desenvolvimento, aos meios de vida e às oportunidades econômicas.
- **Usar o poder de convocação para acelerar a implementação e esclarecer o papel da ONU.** Manter a atenção política em um número reduzido de prioridades concretas, como alinhar os compromissos de clima e biodiversidade, deter e reverter o desmatamento, apoiar os esforços de transição para longe dos combustíveis fósseis nos sistemas energéticos e ampliar o financiamento climático e para o desenvolvimento em condições acessíveis. No caso da América Latina e do Caribe, isso deve incluir a vinculação entre a proteção das florestas e da biodiversidade, de um lado, e o desenvolvimento e os meios de vida, de outro, além de responder às necessidades específicas de financiamento e resiliência dos países caribenhos. Paralelamente, abrir uma discussão direcionada com os Estados-membros sobre as áreas em que é necessária uma cooperação internacional mais robusta em acesso a energia, preços acessíveis, segurança e transição energética, começando pelas funções, e não por novos modelos institucionais.
- **Aumentar a coerência da reforma da ONU à implementação nos países.** Usar a Iniciativa UN80 para enfrentar a fragmentação, a duplicação e o excesso de exigências de relatórios, e fortalecer a coordenação nos países para que o apoio da ONU conecte melhor as prioridades nacionais de clima, biodiversidade, florestas, terra, energia e desenvolvimento, sem criar exigências adicionais de planejamento.

Recomendação 7. *Exercer liderança desde cedo na governança global inclusiva da IA*

A governança da inteligência artificial (IA) continua relativamente aberta em comparação com áreas mais consolidadas da governança global. O atual secretário-geral já ajudou a construir uma arquitetura emergente na ONU, que inclui o Pacto Digital Global, o Diálogo Global sobre Governança da IA, o Painel Científico Internacional Independente sobre IA e trabalhos consultivos relacionados. Os países latino-americanos e caribenhos também começaram a desenvolver abordagens regionais, como a Declaração de Cartagena das Índias, de 2024, e um roteiro regional apoiado pela Unesco em 2026. A próxima pessoa secretária-geral deve consolidar esses esforços em vez de criar novas estruturas, garantindo que os países em desenvolvimento possam moldar as regras emergentes e que as preocupações com desenvolvimento, desigualdade, soberania e interesse público permaneçam centrais.

Ações prioritárias

- **Fortalecer o papel da ONU como plataforma global de governança da IA.** Usar o poder de convocação da pessoa secretária-geral para conectar os mecanismos emergentes da ONU às abordagens nacionais e regionais e fazer avançar a cooperação em torno de princípios e padrões comuns. As prioridades regionais, incluindo as preocupações com desinformação, integridade eleitoral, resiliência democrática e IA responsável, devem orientar essas discussões globais.
- **Garantir a participação efetiva dos países em desenvolvimento.** Fortalecer a capacidade técnica e institucional para que os países da América Latina e do Caribe e de outras regiões em desenvolvimento possam moldar as regras emergentes, e não apenas se adaptar a elas, inclusive por meio da cooperação regional e inter-regional e de um melhor acesso a recursos computacionais, dados públicos confiáveis e capacidade de avaliação.
- **Ampliar a atenção à IA militar e a outras aplicações de alto risco.** Partir das discussões em curso na ONU sobre IA no domínio militar e trabalhar com os Estados-membros, o Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) e outros organismos internacionais pertinentes para fazer avançar regras mais claras sobre controle humano, responsabilização, revisão jurídica e proteção de civis. Deve-se dar atenção especial aos sistemas de armas autônomas, aos sistemas militares de apoio à decisão baseados em IA e a outras aplicações que possam acelerar conflitos ou enfraquecer o juízo humano sobre o uso da força.

Conclusão

A América Latina e o Caribe não precisam de uma posição política única para exercer maior influência nas Nações Unidas. Sua diversidade pode coexistir com uma cooperação mais forte em torno de interesses comuns e com um papel mais ativo na definição das regras globais.

Para a próxima pessoa secretária-geral, a tarefa central é mostrar em que áreas a ONU ainda pode agregar valor: reconstruir a confiança por meio de maior engajamento e entrega de resultados, usar o poder de convocação de forma seletiva e conectar atores, instituições e iniciativas nos contextos em que a fragmentação limita a cooperação. A possibilidade de que a próxima pessoa secretária-geral venha da região confere especial relevância a esta transição, mas os argumentos a favor de um engajamento mais profundo com a América Latina e o Caribe não dependem da nacionalidade de quem vier a ser nomeado.

Para que a ONU entregue resultados para a região e com ela, também será necessário que os governos usem seu capital político e diplomático de forma mais eficaz, individual e coletivamente, para construir um futuro de cooperação multilateral mais ancorada no protagonismo nacional e regional. Isso exigirá uma ONU capaz de responder, política e estruturalmente, às prioridades nacionais e regionais, bem como maior priorização das questões globais pelas lideranças nacionais e por suas sociedades.

Anexo: participantes do encontro regional da América Latina e do Caribe, Bogotá, 7 e 8 de setembro de 2026

Coordenação regional

- Philipp Schönrock (Cepei)
- Giovanna Kuele (Instituto Igarapé)
- María Noel Leoni (GQUAL/CEJIL)
- Aline Lara (Instituto Igarapé)

Equipe global do projeto e participantes de outros encontros regionais

- Mathu Joyini (United Nations Foundation)
- Simon Reid-Henry (Public Interest)
- Thibault Camelli (NYU Center on International Cooperation)
- Anna Novoselova (German Institute of Development and Sustainability, IDOS)

Participantes da América Latina e do Caribe

- Adriana Abdenur (Global Fund for a New Economy; Plataforma CIPÓ)
- Alejandro Torres (Global Cooperation Institute)
- Andy Knight (University of Alberta)
- Arlene Tickner (ex-embaixadora da Colômbia nas Nações Unidas)
- Caroline Rocha (LACLIMA)
- Francisco Sagasti (ex-presidente do Peru)
- Juan Gabriel Tokatlian (Universidad Torcuato Di Tella)
- Manaka Infante (Open Society Foundations)
- María Alejandra González (Universidad EAFIT)

- Marita Perceval (Feministas sin Fronteras)
- Mauricio Artiñano (Starling Institute)
- Nand C. Bardouille (Diplomatic Academy of the Caribbean, The University of the West Indies)
- Nycolas Candido (Plataforma CIPÓ)
- Ricardo Fuentes-Nieva (consultor internacional)
- Sandra Hernández (RedEAmérica)
- Viviana Krsticevic (CEJIL-GQUAL)
- Vladimir Rouvinski (Universidad Icesi)
- Ximena Barrera (WWF International)

Equipe de apoio do Cepei

- Alexandra Roldán (Cepei)
- Laura Montaña (Cepei)

Notas de fim

1 Cepei (s/d.). Cepei

2 Instituto Igarapé (s/d.). Instituto Igarapé

3 GQUAL (s/d.). A Campaign for Gender Parity in International Representation

4 Sikkink, K. (2015). "Latin America's Protagonist Role in Human Rights". *Sur – International Journal on Human Rights*, n. 22.

5 Nações Unidas (s/d.). Women Who Shaped the Universal Declaration

6 Salazar Albornoz, M. e Torremare, G. (2026). Es tiempo de una mujer: la contribuición jurídica de America Latina y el Caribe a la ONU

7 Nações Unidas (s/d.). International Day for the Total Elimination of Nuclear Weapons

8 Pérez Solla, M. F. (2026). "Working Group on Enforced or Involuntary Disappearances". *Max Planck Encyclopedia of Public International Law*, Oxford Public International Law. O Grupo de Trabalho da ONU sobre Desaparecimentos Forçados ou Involuntários, criado em 1980, surgiu em resposta à preocupação internacional com os desaparecimentos forçados sob regimes autoritários na América Latina e tornou-se o primeiro mecanismo temático de direitos humanos da ONU com mandato universal.

9 O Uruguai, por exemplo, tem uma longa trajetória de participação nas operações de manutenção da paz da ONU, incluindo o envio de mais de 900 capacetes azuis à Missão de Estabilização da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (Monusco), em 2018, enquanto o Brasil comandou o componente militar da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (Minustah) de 2004 a 2017. Ver UN News (2018). Uruguay: Helping the UN to Keep the Peace Around the Globe for Nearly 70 Years; Nações Unidas no Brasil (2017). Brasil encerra atividade militar no Haiti nesta quinta-feira (31)

10 Assembleia Geral das Nações Unidas (2010). Sixty-fifth Session, 65th Plenary Meeting, A/65/PV.65. Em nome do Grupo de Estados da América Latina e do Caribe (Grulac), a Venezuela recordou que 14 Estados caribenhos que haviam sido territórios não autônomos conquistaram a independência nas décadas de 1960 e 1970 e que as repúblicas latino-americanas haviam apoiado, por meio das Nações Unidas, a autodeterminação e a descolonização no Caribe, na África, na Ásia e no Pacífico.

11 Nações Unidas (1973). Resolution on Colonialism and Apartheid Adopted at the Eighth Conference of Heads of Government of Commonwealth Caribbean Countries, A/9060. Os governos do Caribe da *Commonwealth* reafirmaram sua oposição ao colonialismo, ao *apartheid* e à discriminação racial e se comprometeram com ações diplomáticas e políticas em apoio aos movimentos de libertação e à autodeterminação na África Austral.

12 Nações Unidas (2026). UN80 Initiative: Member State Briefing; Nações Unidas (2023). Cinco años de alianzas para la asistencia humanitaria

13 Organização Pan-Americana da Saúde (Opas, s/d.). PAHO Revolving Fund

14 Organização Pan-Americana da Saúde (Opas, 2026). Situation Report No. 5: Earthquakes in Venezuela 2026 (M7.2 and M7.5); Escritório das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (Ocha, 2026). Addendum to the 2026 Humanitarian Needs Response Plan for Colombia; Nações Unidas no Brasil (2024). ONU Brasil apoia assistência ao Rio Grande do Sul.

15 Chai, J. (2024). "Exploring Member State Dominance over UN Senior Appointments." NYU Center on International Cooperation. A análise identificou 30 cargos de subsecretário-geral (USG) e de secretário-geral adjunto (ASG) ocupados repetidamente por nacionais do mesmo Estado-membro: 21 estavam associados ao Grupo de Estados da Europa Ocidental e Outros, contra apenas um da América Latina e do Caribe; Blue Smoke (2023). Ringfencing and the General Assembly. O desequilíbrio também se reflete nas nomeações para altos cargos: entre 2016 e 2022, os Estados Unidos receberam 37 nomeações para altos cargos na ONU, contra 34 para todos os países latino-americanos e caribenhos somados.

16 Ver Bardouille, N. C. (2024). What United Nations Reform Means for the Caribbean Community Stimson Center; Cepei (2026). Policy Update at UNGA 81: What Are We Hearing & How Southern Actors Are Shaping the Multilateral Agenda

17 Together First (2020). The Case for a UN Civil Society Champion; UNmute Civil Society Initiative (2021). Recommendations to Ensure Meaningful Civil Society Participation at the United Nations: From Ambition to Action

Informações institucionais

Sobre este *policy brief*

Este *policy brief* foi elaborado por Giovanna Kuele, do Instituto Igarapé, com contribuições de Aline Lara, Laura Trajber Waisbich, Robert Muggah, Philipp Schönrock, María Noel Leoni e Natalie Samarasinghe. O Instituto Igarapé foi responsável pela relatoria do Encontro Regional da América Latina e do Caribe. Este documento passou por revisão de pares conduzida pela Public Interest. O texto se baseia em discussões realizadas sob a Regra de Chatham House e reflete a síntese da autora sobre as perspectivas, tensões e propostas apresentadas durante o encontro. A análise e as recomendações não representam uma posição regional negociada e não refletem necessariamente as opiniões individuais de todos os participantes ou organizações parceiras.

Este *policy brief* integra uma série elaborada no âmbito do projeto *Guidance and Regional Intelligence for the Transition of UN Leadership*, liderado conjuntamente pelo Cepei, Public Interest, United Nations Foundation e NYU CIC. Os documentos da série reúnem contribuições de diferentes perspectivas regionais (África, Ásia-Pacífico, Europa e América Latina e Caribe) para informar e orientar a próxima liderança da ONU em um cenário multilateral em transformação.

Esta versão em português foi traduzida do inglês com apoio do Claude e revisada integralmente pela equipe do Instituto Igarapé.

Créditos

Autora
Giovanna Kuele

Colaboração
Aline Lara
Laura Trajber Waisbich
Robert Muggah
Philipp Schönrock
María Noel Leoni
Natalie Samarasinghe

Relatoria regional
Instituto Igarapé

Gestão de produção
Carla Nascimento
Fernanda Harumi

Projeto gráfico
Raphael Durão

Agradecimentos

Agradecemos aos pesquisadores, ex-diplomatas, formuladores de políticas, profissionais da área e demais participantes que compartilharam sua experiência e enriqueceram a discussão com diversas perspectivas regionais. Agradecemos também às organizações parceiras e aos colegas que apoiaram o encontro e contribuíram para a elaboração e a revisão deste documento.

Como citar: INSTITUTO IGARAPÉ. *Da diversidade regional à influência global: a América Latina e o Caribe e o futuro da liderança da ONU.* Rio de Janeiro, 2026. Disponível em: https://igarape.org.br/publicacoes/

Número DOI: 10.5281/zenodo.24373928

INSTITUTO IGARAPÉ
a think and do tank

O Instituto Igarapé é um think and do tank independente que desenvolve e implementa soluções baseadas em evidências, fortalece políticas públicas e promove práticas eficazes em segurança, natureza e clima, fortalecendo colaboração e impacto positivo do nível local ao global.

Cepei
Knowledge factory for the world we deserve

O Cepei é um think tank independente e não governamental com sede em Bogotá, na Colômbia, que atua a partir do Sul Global para promover o desenvolvimento sustentável. Por meio de pesquisa, dados e análises baseadas em evidências, apoia a tomada de decisão informada e fortalece a capacidade de instituições e atores para implementar e monitorar as agendas globais de desenvolvimento.

GQUAL

A GQUAL é uma campanha global que trabalha para transformar a liderança internacional, tornando a paridade de gênero um padrão permanente nas instituições que moldam o direito internacional, os direitos humanos, a justiça e as respostas aos desafios globais. Por meio de incidência baseada em dados, construção de coalizões e engajamento estratégico, a GQUAL atua para reformar processos de seleção, promover transparência e prestação de contas e ampliar as oportunidades para que mulheres, em toda a sua diversidade, exerçam liderança internacional. A campanha defende a igualdade de voz e de poder das mulheres na tomada de decisão global como uma questão de direitos e de justiça e como condição essencial para instituições internacionais mais representativas, legítimas e eficazes.

Instituto Igarapé
Rio de Janeiro – RJ – Brasil
Tel.: +55 (21) 3496-2114
contato@igarape.org.br
igarape.org.br

Assessoria de imprensa
press@igarape.org.br

Redes sociais
x.com/igarape_org
youtube.com/user/InstitutoIgarape
instagram.com/igarape_org
linkedin.com/company/igarapeorg

Cepei Think Tank
Bogotá, Colômbia
contacto@cepei.org
www.cepei.org

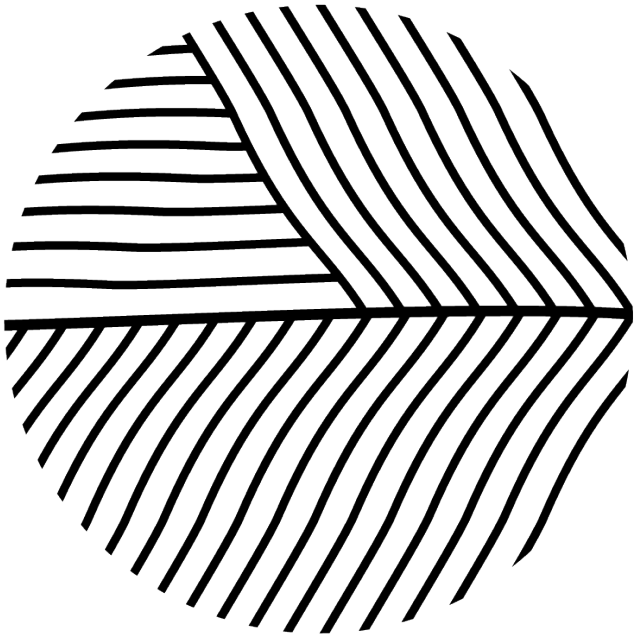
Assessoria de imprensa
n.marin@cepei.org

Redes sociais
x.com/@infoCEPEI
youtube.com/@InfoCEPEI
linkedin.com/company/cepei-think-tank

Campanha GQUAL
www.gqualcampaign.com

Assessoria de imprensa
gqual@cejil.org

Redes sociais
youtube.com/@gqualcampaign3173
linkedin.com/company/gqual-campaign



igarape.org.br